

Trabalho Apresentado no Simpósio Temático “Os Índios e o Atlântico”, XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011

O ALDEAMENTO DE SÃO NICOLAU DO RIO PARDO: MOBILIDADES GUARANIS EM TEMPOS PROVINCIAIS

KARINA MOREIRA RIBEIRO DA SILVA E MELO*

O ALDEAMENTO DE SÃO NICOLAU DO RIO PARDO

O aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo foi um dos mais importantes espaços territoriais para os índios guaranis da Província de São Pedro. Sua longevidade durou mais de um século e creio não ter sido superada por nenhum outro aldeamento indígena na história do Rio Grande do Sul. Após a guerra Guaranítica, num contexto marcado por situações envolvendo litígios fronteiriços, cerca de 700 famílias de índios transmigraram de alguns dos povos de Missões para Rio Pardo. Mediante acordo estabelecido entre autoridades coloniais e lideranças indígenas, o aldeamento foi fundado em 1757. Novas fronteiras territoriais, sociais e culturais continuaram a ser construídas durante todo o período de sua perenidade. São Nicolau do Rio Pardo foi extinto na década de 1860. Em seu território houve inúmeros acontecimentos que influenciaram a vida e o destino não somente de seus habitantes, mas aspectos importantes da própria história da Província de São Pedro. As políticas indígenas e indigenistas atuaram efetivamente na trajetória do aldeamento e a multiplicidade de ações – tanto coletivas quanto individuais – que fez parte daquele cenário é notável. Durante a primeira metade do século XIX, período em que os conflitos envolvendo posses de terra se alastraram por toda província, alguns guaranis agiram no sentido de evitar ou retardar a perda do território indígena. Outros o abandonaram para fazer parte dos exércitos provinciais e quiçá obter benefícios. Assim também, houve autoridades políticas preocupadas em fazer alianças com os índios e conceder-lhes territórios e privilégios. Outros se esforçaram para invadir e tomar os ditos patrimônios indígenas, tidos a certa altura do Oitocentos como sendo ‘próprios nacionais’¹.

A partir das fontes históricas analisadas foi possível recuperar vários aspectos desses conflitos, embora às vezes elas ofereçam informações esparsas e aparentemente desconexas. Ao levar em conta tais aspectos, interessa neste artigo apresentar elementos sobre a mobilidade social e espacial de índios guaranis no período provincial a partir de diversos contextos que fizeram parte da trajetória de vida do aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo. A intenção é trazer à tona fragmentos das experiências vividas por eles recuperadas a partir da pesquisa em arquivos, e incitar a reflexão sobre as possibilidades de interligar tais fragmentos e dar visibilidade às histórias indígenas. Além

*Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob a orientação do prof. livre-docente John Manuel Monteiro. Contato: karinaemelo@hotmail.com.

¹ Nas disputas pelas terras do aldeamento ocorreram jogos de poder nos quais se nota uma grande complexidade envolvendo a noção da posse de terras por parte dos índios e simultaneamente delas como propriedade da nação. A confusão que girava em torno do que era tido como ‘próprio nacional’ durou até o período republicano. Pela constituição de 1891 foram considerados nacionais os terrenos “indispensáveis para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais”. KLEIMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: terra e poder – história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p. 122-123.

disso, é possível problematizar alguns paradigmas relacionados às tradições historiográficas e etnográficas acerca das rupturas e permanências sócio-culturais. É preciso complexificar a dinâmica dos processos históricos para além da concepção dicotômica que atrela as continuidades às resistências culturais e as rupturas às mudanças sociais. A trajetória do aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo oferece indicativos relevantes a esse respeito. A seguir apresentarei alguns dados que refutam pressupostos ligados à noção de que a mobilidade espacial dos guaranis ao longo da história esteve exclusiva e invariavelmente ligada à sua religiosidade² e afastada de aspectos ligados aos jogos de poder e mobilidade social nos quais eles se inseriram. Ao contrário, o aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo foi um espaço construído e mantido através de relações sociais bastante ambíguas e conflitivas. Tratou-se de uma zona de passagem para muitas pessoas, índios e não-índios. Apresentou-se em alguns momentos como uma alternativa para sobrevivência física e cultural dos guaranis e em outros como uma ameaça a ela. Pode-se imaginar a vida cotidiana do aldeamento ao longo do século XIX tendo em vista as acirradas disputas de terra; os usos do espaço da escola e da igreja; a chegada de guaranis oriundos do Estado Oriental; a partida de guaranis do aldeamento para a vila de Rio Pardo; o trabalho dos índios como soldados nas guerras provinciais e em atividades de ofício na cidade. Para cada uma das situações supracitadas foi encontrada, no mínimo, uma referência a episódio(s) envolvendo a participação ativa dos índios de São Nicolau do Rio Pardo. Vamos, então, analisá-los e tentar estabelecer ao final do texto, uma conexão entre as informações trazidas pelas fontes e as experiências históricas vividas pelos guaranis a partir dos usos que eles fizeram daquele importante espaço territorial, incluindo as mobilidades espaciais e sociais.

MOBILIDADES GUARANIS NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO

A primeira fonte histórica que apresento é um tijolo gravado com escritos em língua guarani com data do ano de 1823. Ele foi encontrado em 2000, durante a demolição de um dos casarões oitocentistas de Rio Pardo e hoje faz parte do acervo do museu Barão de Santo Ângelo³. Os escritos

² Refiro-me, por exemplo, às obras do historiador Aurélio Porto e dos antropólogos Pierre e Hélène Clastres. O historiador se refere à história das missões orientais do Uruguai como se os guarani-missionários e suas ações tivessem tido um fim ao término do século XVIII, após a expulsão dos jesuítas (1759), restando deles apenas lembranças daquilo que, em sua concepção, não constituiu fatos históricos sobre atos indígenas, mas elementos folclóricos e lendários sobre “as chusmas incultas de pobres índios”. Em estudos do casal de antropólogos há, respectivamente, noções sobre a divisão entre poder político e religioso nas sociedades tupi-guarani e sobre uma religião regida pela crença numa ‘terra sem mal’ (yvy marã’ ei) que reage e nega mudanças políticas e sociais advindas com os contextos coloniais. PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1943, p. 14 e 430. CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003; CLASTRES, Hélène. *Terra Sem Mal*. São Paulo: Editora brasiliense, 1978.

³ É preciso levar em conta que o objeto foi encontrado durante a realização de uma obra civil, na qual não havia a presença de arqueólogos ou historiadores. Não se sabe ao certo em que condições o objeto foi encontrado e trazido

do tijolo suscitam uma série de aspectos importantes acerca das histórias de índios guaranis que habitaram e circularam pelos territórios do sul do Brasil: “*Año de 1823 roy pipe chaci febrero pe omanõ curumi Joã(o) Pasqual Arazuc he a pipe jojexubá Tupã (t)a ñderú avõ Maria*”. As palavras foram traduzidas livremente e se encontram em placa explicativa ao lado do mesmo: “*Ano de 1823 ocorreu o passamento por doença do curumi (menino) João Pascual Arazuc. Repouse em Tupã (Deus) Nosso Senhor! Ave Maria!*”. A palavra ano significa *roy* em guarani, *chaci* (*jacy/jaxy*) significa lua e ambas foram usadas para contar e marcar o tempo. *Omanõ* significa morrer, *ñderú* significa deus⁴. Essa fonte traz à baila antigas questões que já foram objeto de análise de vários autores em estudos importantes, alvos de várias polêmicas (MONTEIRO, 1992: 475)⁵. Elas dizem respeito à circulação e à mobilidade espacial dos guaranis; sua religião, religiosidade e as mudanças pelas quais as mesmas passaram; bem como às enfermidades, que provocaram baixas demográficas entre as populações guaranis desde os primeiros séculos de contato. Coloca-se em xeque uma informação constantemente veiculada em livros de história sobre os índios em geral, a de que não deixaram registros escritos sobre seu passado. A partir de casos como este, vemos que não se pode generalizar essa informação. Antes, é melhor que analisemos as fontes encontradas sobre os índios como tijolos com os quais se podem construir suas histórias, mesmo que elas não tenham sido escritas por eles. Nesse sentido, o historiador Carlo Ginzburg faz reflexões interessantes sobre as idéias de um moleiro friulano perseguido pela inquisição (GINZBURG, 2006: 107):

“Com inconsciente desenvoltura servia-se de vestígios de pensamentos alheios como de pedras e tijolos. Porém, os instrumentos lingüísticos e conceituais com os quais tomou contato não eram neutros nem inocentes. Aqui está a origem da maior parte de suas contradições, incertezas e incongruências de seus discursos”.

No ano de 1823, nos arredores da vila e do aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo um menino guarani faleceu por doença de acordo com os escritos do tijolo. Mas que doença teria tirado a vida de João Pascual? Quem teria se preocupado em deixar um epitáfio sobre sua morte? Por que o teria escondido em meio às paredes de um dos tantos casarões oitocentistas de Rio Pardo? Teriam morado na vila de Rio Pardo e/ou na aldeia de São Nicolau? Possuiriam parentes em ambos os lugares? Estaria trabalhando na construção do casarão quando João Pascual faleceu? Onde e com

ao museu. Mas, para o historiador, é relevante o fato de que o tijolo foi reconhecido como uma fonte histórica e passou a fazer parte do acervo de um dos museus da cidade.

⁴ Agradeço a Vherá Poty Benites da Silva e a Graciela Chamorro por terem me ajudado com a tradução do texto.

⁵ O autor se refere aos “importantes trabalhos de Alfred Métraux, Pierre Clastres, Hélène Clastres, Branislava Susnik e Bartolomé Meliá” onde a “articulação entre observações históricas e etnográficas tem um duplo significado: se, por um lado, os dados etnográficos têm completado informações ausentes nas fontes escritas, por outro, as mesmas fontes históricas têm dado origem a novas perspectivas sobre a cultura guarani, especialmente com respeito à demografia, à organização política, ao profetismo, aos movimentos espaciais de cunho religioso e mesmo à filosofia (Viveiros de Castro, 1985)”.

quem teria aprendido a ler e a escrever em língua guarani? Para entender as ações dos indígenas frente às situações com as quais se depararam e os processos de formação de suas identidades, nos quais eles também se posicionaram, é necessário tentar compreender o que sentiram, como pensaram e o que fizeram com as suas vidas e com os limites que foram impostos a elas.

Segundo João Pacheco de Oliveira, mudanças advindas das relações sociais estabelecidas mediante situações de intenso contato, como era o caso dos índios de São Nicolau, ocasionariam “modalidades de adaptação mútua, interdependência e dominação, sem no entanto suprimir as diferenças nos modos próprios de pensar, sentir e agir tornadas agora como mais sutis e difíceis de captar” (OLIVEIRA, 1988: 265). Concordando com ele, as palavras escritas no tijolo indicam formas de adaptação mútua de uma cultura à outra, como a influência do espanhol na escrita em língua guarani ou a presença da religiosidade indígena em meio às características religiosas cristãs. As palavras *año*, em espanhol, e *roy* (ano) e *chací/jaxy* (lua) em guarani foram usadas simultaneamente como forma de perceber, contar e marcar o tempo. A invocação a Tupã, Ñderú e Maria, mãe de Cristo, indicam pensamentos criativos e mestiços. Revelam também modos próprios de expressar sentimentos diante da morte. O tijolo aponta a presença de índios guaranis em espaços urbanos e lança luzes sobre as possíveis ocupações dos índios na vila de Rio Pardo durante o século XIX. Até o momento, entretanto, nenhum outro registro sobre o curumim João Pasqual foi encontrado⁶. Parte de sua história e a de quem prestou homenagem à sua morte permanece um mistério. Entretanto, é possível conhecer parte da história de muitos outros guaranis e acompanhar a trajetória do território onde eles estiveram constantemente presentes durante boa parte do período oitocentista.

Em 1823, mesmo ano do falecimento de João Pascual Arazuc, o índio Miguel Guaraci saiu do aldeamento de São Nicolau, onde era capitão, para ir à Rio Pardo encaminhar à presidência da Província um documento no qual manifestava a preocupação dos índios guaranis com o futuro de suas terras e de suas atividades comerciais. Ele solicitou através de um requerimento, que o privilégio da extração da erva-mate fosse mantido⁷. Ao alegar que o privilégio havia sido concedido há mais de cinquenta anos por ordem superior de José Marcelino de Figueiredo, governador que atuou na década de 1770, Miguel demonstrou não apenas que os índios pensavam sobre o futuro, mas também que conheciam sobre seu passado. Esse privilégio concedido por José Marcelino garantia aos índios de São Nicolau do Rio Pardo o monopólio do plantio, colheita e comercialização da erva-

⁶ Fontes paroquiais ainda não foram consultadas.

⁷ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, II – 35, 36, 1 n. 7. Guaraci, Miguel e outros. Pedem, o capitão-mor e outros lavradores, da aldeia de São Nicolau, na vila do Rio Pardo (RS), seja respeitada a concessão recebida há cinquenta anos, do privilégio da plantação e preparo da erva-mate. Aldeia de São Nicolau, 1823. Agradeço a Elisa Garcia por ter cedido a mim a transcrição deste documento.

mate. Quando o despacho dado pelo governador era infringido por aqueles que, nos dizeres de Miguel, “não pertencem a sua classe” a erva-mate era apreendida. De acordo com ele, o privilégio outrora concedido era necessário para a manutenção das despesas dos índios. A menção de pertencimento a uma ‘classe’ que era entendida como ‘sua’ por parte do capitão do aldeamento é interessante, visto que ele estava acompanhado por ‘lavradores’, de acordo com o próprio título do requerimento. As relações de produção das quais os índios participavam fizeram parte das suas experiências e provavelmente o tipo de trabalho que realizavam foi levado em conta quando se organizaram para fazer o requerimento. O cultivo e o comércio da erva-mate foram atividades de destacada importância econômica na Província. Assim sendo, os índios do aldeamento de São Nicolau não pareciam estar assim tão afastados do que era tido como o progresso da região, afinal o monopólio da erva-mate foi um privilégio concedido a eles ainda no século XVIII e continuou sendo uma das principais atividades comerciais de Rio Pardo até a última década do século XIX (AVÉ-LALLEMANT, 1980: 167). As habilidades dos índios não se restringiam somente aos trabalhos manuais na lavoura e àqueles feitos com o couro para ensacar a erva-mate, mas também ao modo e estratégias usadas por eles para garantir a exclusividade no trabalho com a mesma. De acordo com Miguel Guaraci, as terras na serra geral, onde os índios guaranis cultivavam a erva-mate, estavam todas sendo divididas em lotes dados ou vendidos a diversas pessoas. Os índios de São Nicolau do Rio Pardo estavam sentindo na prática os efeitos da lei de 1822 com a qual “extingue-se a doação de sesmarias no Brasil e intensifica-se, dessa forma, a posse desordenada e a aglutinação de terras por particulares” (KLIEMANN, 1986: 18). Miguel reivindicou a permanência do privilégio e ao mesmo tempo requereu o controle e a posse sobre as terras do aldeamento, que os índios constataram estarem sendo tomadas por particulares e políticos da região. Tal controle se tornava possível através do acionamento dos diferenciais que garantiam aos índios de São Nicolau direitos territoriais. As referências feitas por Miguel aos tempos pretéritos e o conhecimento que ele possuía sobre as experiências coletivas pelas quais o aldeamento havia passado o ajudaram a atuar na administração daquele território, contribuindo para que a aldeia permanecesse sendo um espaço utilizado por índios guaranis ao longo dos três primeiros quartéis dos oitocentos. Assim, convém ressaltar que, se São Nicolau foi um espaço eminentemente indígena no decorrer do século XIX, isso também se deu graças às ações individuais e ao acionamento de uma identidade coletiva, demonstrando que os índios pensavam sobre o futuro. Em meio aos argumentos de ordem jurídica e administrativa que Miguel Guaraci apresentou, esteve um que, certamente, respaldou o direito de monopólio nas atividades com a erva-mate. Segundo ele, além da necessidade de sustentar a aldeia, havia também a necessidade de reparar a sua igreja. As autoridades políticas e religiosas da época viam com bons olhos o fato de os índios de São Nicolau serem ‘cristãos’ e ‘civilizados’. Conforme os estudos de

Almir Diniz Carvalho Júnior para o contexto da Amazônia portuguesa, “índios cristãos não estavam alheios às conseqüências positivas das mercês concedidas pelo monarca” (CARVALHO, 2005: 219), assim como no contexto analisado, estes guaranis cristãos notaram que sua religiosidade lhes garantia tratamentos diferenciados dos demais indígenas da Província. Atentos a isso, eles continuaram a manter sua igreja reformada ao longo dos séculos XVIII e XIX, apesar das dificuldades encontradas: “Os que estão de efetiva residência são na maior parte velhos e inválidos (...). A sua pequena capela, a pouco restaurada, reclama por um sacerdote”⁸. A igreja de São Nicolau do Rio Pardo simbolizava a religiosidade cristã desses indígenas e lhes dava certo prestígio junto às autoridades políticas. O capitão do aldeamento demonstrou que sabia usar os códigos da sociedade envolvente em favor dos interesses de índios guaranis. Ele não somente os usou em benefício próprio e dos seus, como os usou contra aqueles que ameaçavam a exclusividade naquela atividade comercial.

É interessante observar que o epitáfio sobre a morte de João Pasqual sugere uma preocupação com a duração do relato para a posteridade e a religiosidade cristã está presente nos escritos do tijolo. Ao perceber o loteamento das terras indígenas para colonos e ‘nacionais’, Miguel Guaraci agiu acionando tal religiosidade no sentido de reaver e manter direitos coletivos. Ambas as fontes apresentam ligações com o passado e a memória dos índios sobre sua história, como o aprendizado da língua e da escrita em português e espanhol, e o contato com os jesuítas e com a prática da religião católica nas reduções. Ademais, denotam preocupações com o futuro e permitem saber um pouco mais sobre as estratégias e as vivências indígenas. Isso indica que práticas religiosas cristãs e costumes culturais – como a escrita e as línguas – advindas do outro lado do Atlântico contribuíram nos processos de formação de identidades indígenas. A ‘identidade cristã’ dos guaranis de São Nicolau do Rio Pardo interferiu na identidade étnica atribuída a eles. E assim, pode ter contribuído na socialização de idéias e padrões de comportamento e valores. Tratava-se de índios cristãos, e justamente por possuírem uma identidade étnica e outra religiosa gozavam de certos privilégios. A posse do território do aldeamento lhes era garantida pelo fato de serem índios, mas ela foi muitas vezes mantida pelo fato de serem cristãos.

Se por um lado os índios podiam ser vistos como convertidos e aliados através da religião, por outro podiam ser vistos como adversários políticos na disputa pela posse da terra. O mapa estatístico das conciliações propostas pelo Juizado de Paz de Rio Pardo entre os anos de 1834 e 1835 mostra outra situação que envolve os índios em conflitos por terras e benfeitorias. Um requerimento foi feito através dos devidos meios jurídicos por um índio de São Nicolau do Rio Pardo, cujo nome

⁸ AHPA. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Joaquim Antão Fernandes Leão, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, 1859.

não é citado na fonte. Ele reivindicava “o pagamento de [ilegível] um terreno e casas aos guaranis da aldeia de São Nicolau”⁹ no distrito do Couto, cujas terras eram adjacentes às do aldeamento. A reivindicação foi aceita pelo Juizado de Paz e a conciliação foi proposta através das vias legais. Trata-se o documento de um levantamento estatístico, em que não encontramos maiores detalhes sobre os requerentes e os requeridos, ou sobre o desenrolar do processo. Mesmo assim, os dados quantitativos encontrados nesta fonte são bastante úteis, pois mostram que das dez proposições encaminhadas pelo Juizado de Rio Pardo durante o período de dois anos, uma foi feita por um índio de São Nicolau, e outras três foram “para a divisa de terrenos e matos”. Isso traz indícios de que a diáspora espacial dos guaranis no Oitocentos também se deu em função de conflitos sociais gerados nas disputas por posses de terra, e de acordo com as demandas políticas dos índios em relação à luta pela manutenção de seus direitos territoriais. Essas situações demonstram que alguns deles sabiam sobre as disposições presentes na legislação e nas políticas indigenistas, bem como sobre os precedentes históricos que haviam levado em conta a distinção étnica na elaboração das mesmas.

Diferentes tipos de demandas e atitudes fizeram parte dos jogos de poder nessas disputas territoriais. O ensino de práticas ‘civilizadoras’ era uma delas. O aldeamento de São Nicolau manteve uma escola de primeiras letras para o ensino exclusivo de meninos guaranis ao longo de boa parte do Oitocentos. Apenas a aldeia de Nossa Senhora dos Anjos havia possuído uma escola para os meninos e um recolhimento para meninas indígenas¹⁰, mas ambos foram extintos ao final do século XVIII. Através dos colégios e dos recolhimentos o objetivo da política indigenista do século XVIII era integrar os indígenas através da eliminação de alguns de seus traços culturais, como a língua e a religião. A política indigenista do século XIX manteve muitas disposições presentes no projeto pombalino de assimilação e integração indígena. Uma delas foi a manutenção de escolas e do ensino da catequese nos aldeamentos, embora neste caso analisado, a prática de ensino não tenha servido necessariamente para assimilá-los. São Nicolau do Rio Pardo parece ter sido o único entre os demais aldeamentos existentes na Província a gozar dessa prerrogativa e a tentar garantir, através dela, elementos e privilégios capazes de diferenciá-los social e culturalmente¹¹. Na escola de São Nicolau ensinava-se português, aritmética e música. Os documentos existentes são referentes aos anos de 1848, 1854 e 1865, mas não se sabe se este último corresponde ao seu derradeiro ano de

⁹ AHRS. Fundo Estatística. Livro de estatística judicial dos juizados de paz (1830-1844). Mapa estatístico das conciliações propostas pelos juizados de paz de Rio Pardo. Maço 1, 1833.

¹⁰ MELO, Karina M. R. S. e. *A aldeia dos Anjos durante a década de 1770: um olhar sobre as relações entre indígenas e portugueses*. Disponível em: http://www.revistahistoriar.com/ano_i_ed_01.html, acessado dia 05/05/2011.

¹¹ Parece ter havido práticas de ensino em alguns outros aldeamentos, mas não num espaço físico destinado para isso, ou através de missionários remunerados pelo governo para tal função.

funcionamento; tampouco é possível saber sobre os dados de todos os anos letivos em que a escola se manteve aberta. Os mapas sobre as aulas no aldeamento trazem dados sobre os alunos, sua filiação, frequência e desempenho nas atividades escolares. O do ano de 1848¹² está parcialmente queimado e dividido em pedaços¹³. Apesar disso o mapa traz informações inéditas e importantes sobre o aldeamento e a escola, além de fornecer pistas sobre histórias de outros índios guaranis que ocuparam a Província durante aquele período.

Em 1848, dezoito crianças guaranis freqüentaram a escola, mas apenas sete delas era natural de São Nicolau. As demais eram nascidas ou eram provenientes de outras localidades da Província como o distrito do Couto, “das Missões”, do “Estado Oriental” (assim como se encontra no mapa), e de São José do Patrocínio. O que chama atenção é que mais da metade dos alunos que freqüentavam a escola era proveniente do “Estado Oriental”, ou seja, das Províncias Unidas do Rio da Prata, mais precisamente do Uruguai. Isso indica que, ao menos em alguns momentos do século XIX, São Nicolau se apresentou como um destino possível não somente para os índios guaranis da região das missões e de outras partes da Província, mas também para ‘guaranis de outra nacionalidade’. A formação das identidades étnicas dos índios guaranis naquele período também esteve estreitamente vinculada à formação de sua própria identidade nacional e, portanto, não esteve desatrelada do contexto político de formação do estado nacional. Talvez, o fato de guaranis de vários lugares pensarem que no aldeamento poderiam conseguir algum tipo de vantagem ou benefício que não conseguiriam fora dele, e também o fato de executarem esses pensamentos na prática, pode ter ajudado na preservação daquele local como sendo um espaço eminentemente indígena. Dados como esses revelam que a noção costumeira¹⁴ e simplista de que índios aldeados não circulavam e não se relacionavam não se aplica ao contexto histórico analisado. Além disso, revela que a diferenciação estabelecida entre guaranis aldeados e guaranis dispersos ou ‘guaranis das matas’ não procede para o caso das relações de sociabilidade estabelecidas em São Nicolau do Rio Pardo, visto que muitos dos que vieram não eram procedentes de outros aldeamentos. Desconheço se há o uso de critérios étnicos baseados nesse tipo de diferenciação para o caso dos guaranis que viveram no século XIX. Nas palavras de Juan Carlos Garavaglia (GARAVAGLIA, 1983, P. 190):

¹² AHRS. *Fundo Instrução Pública*, maço 13, cx. 6. Mapa dos Alunos que freqüentam aula pública de Primeiras Letras de São Nicolau do mês de janeiro de 1848 até janeiro de 1849. São Nicolau, janeiro de 1849.

¹³ Segundo informações esparsas encontradas nas fontes, nas instalações da aldeia de São Nicolau parece ter havido alguns incêndios, sobretudo em função das guerras provinciais. Algumas dessas informações encontram-se em: IHGRGS. DIAS LOPES, Vicente Zeferino. “Comentário Eclesiástico do Rio Grande de São Pedro do Sul desde 1737”. Cópia datilografada. Caixa D, nº 10.

¹⁴ Segundo Hélène Clastres, os “caiguás”, “cainguás”, ou “índios da floresta”, “que se mantiveram isolados no período colonial podem ser o grupo de onde se acredita que descendem os Mbyás”. CLASTRES, Hélène. *Terra Sem Mal*. São Paulo: Editora brasiliense, 1978.

“Estas versiones sobre la supuesta “vuelta hacia la selva” (selva/oscuridad/diablo/[...]) habla más sobre los demonios que persiguen a esos historiadores, que sobre el destino real de los indios escapados de los pueblos”.

As ações indígenas indicam que a volta para a selva, ambiente considerado como uma espécie de habitat natural dos índios não foi sua única opção. Eles levaram em consideração outras atitudes que eram esperadas deles por parte das autoridades políticas e da própria sociedade envolvente. Mostraram-se conscientes dos benefícios que poderiam obter colocando-as em prática. Isso demonstra o entendimento sobre a necessidade de aprendizado de alguns valores do mundo do outro, que poderiam ser úteis para si naquela situação. Indica que poderiam estar dispostos a negociar esse aprendizado com o intuito de tentar impedir a extinção do aldeamento, por exemplo. De acordo com as fontes consultadas até o momento, o maior número de medidas tomadas para a medição, venda e concessão das terras do aldeamento parece ter ocorrido entre as décadas de 1830 e 1860. Quando as ameaças de extinção do aldeamento atingiram um momento crítico na década de 1850, o mapa sobre a escola mostra que o número de alunos matriculados mais do que dobrou em comparação ao ano de 1848. No ano de 1854, a escola contava com 38 alunos, dos quais 13 eram naturais de São Nicolau e 8 eram naturais da vila de Rio Pardo. Pode ser que com as sucessivas tentativas por parte do governo provincial de extinguir o aldeamento alguns índios tenham tido e preferido a oportunidade de ir para Rio Pardo. Entretanto, outros contribuíram para que sua extinção fosse adiada através do aumento populacional do aldeamento confirmado pelas matrículas escolares. Havia ainda quatro alunos vindos do ‘Estado Oriental’, cinco do distrito do Couto, e oito de Santo Amaro, Viamão, Santana, São Gabriel, Itaquí e São Leopoldo. A procedência desses alunos, em geral crianças entre oito e doze anos, demonstra a mobilidade dos índios guaranis pelo território da Província. Não considero, entretanto, que os índios não soubessem dos limites territoriais impostos à sua circulação, tampouco que sua mobilidade espacial advenha exclusivamente dos seus costumes culturais. Ou ainda, que não fossem capazes de lidar com outro tipo de concepção do espaço por serem índios. Ao contrário, a comparação entre os mapas estatísticos da aldeia de São Nicolau dos anos de 1848 e 1854, demonstra que compreendiam que sua circulação dependia também de resguardar um espaço territorial que estava sendo constante e politicamente redefinido. Os limites desse território e o controle sobre ele foram fundamentais para os índios guaranis ao longo de todo o século XIX e eles se mostraram conscientes da importância de suas ações para mantê-lo. A escola do aldeamento parece ter sido uma das maneiras encontradas no sentido de evitar a extinção, mas não a única. Outros guaranis fizeram escolhas diferentes e alguns casos dão pistas de que elas não foram necessariamente excludentes, de

modo que, índios de São Nicolau do Rio Pardo trabalhavam em lugares fora do aldeamento e da vila com o conhecimento dos administradores do aldeamento¹⁵:

“Os índios na existente [aldeia] empregam-se uns na lavoura, outros na condução de tropas e carretas e outros nas próximas charqueadas, estando vários menores nesta cidade aprendendo a música e pintura, e os ofícios de ferreiro, carpinteiro e sapateiro”.

Eles exerceram o aprendizado de artes e ofícios em Rio Pardo e se relacionaram com os moradores da vila. Pode ser que tenham se tornado moradores e trabalhadores urbanos. O acesso dos índios à educação escolar e ao aprendizado na vila era baseado em critérios de distinção étnica e política: eram guaranis e possuíam um histórico de relações com autoridades políticas que lhes rendiam certos benefícios em relação a diversos segmentos sociais. Entre tais segmentos estavam outros guaranis que não estabeleciam quaisquer relações com o aldeamento, índios com outra identidade histórico-cultural¹⁶ assim como imigrantes alemães e outros brasileiros. Certamente, tal distinção por si só não significou que o aprendizado tenha se dado por caminhos fáceis para os índios. Para cada menor que aprendeu um pouco mais sobre música no ano de 1850, houve outro que aprendeu um pouco mais sobre guerras e atividades militares¹⁷. Os relatórios e as correspondências referentes ao aldeamento não deixam dúvidas sobre o quão importante foi a participação dos índios guaranis na Guerra dos Farrapos. Contraditoriamente, em alguns casos, essa participação nem sempre foi vista com bons olhos pelas autoridades políticas da época. No ano de 1849, São Nicolau do Rio Pardo contava com quase quatrocentos guaranis e a maioria dos habitantes eram idosos e crianças. Segundo o diretor do aldeamento, o motivo da pouca prosperidade era “porque com a passada revolução que tudo assolou, dela [a aldeia, como era chamada na época] foram tirados muitos braços, que conservados certamente a teriam feito florescer”¹⁸. Cerca de quatro anos após o término da Guerra dos Farrapos, “é passada a causa de sua decadência, e ela tomará incremento e poderá ainda dali sair para o exército muitos bons soldados como já aconteceu”¹⁹. O diretor acertara uma de suas previsões e errara a outra. São Nicolau do Rio Pardo não prosperou, mas de lá bons soldados continuaram a ser recrutados para o Exército. No ano seguinte, a diretoria geral dos índios informava à presidência provincial que “estes índios são bons soldados, e peões, viviam também de

¹⁵ AHRS. *Fundo Indígenas*. Diretoria Geral dos Índios. Correspondência ativa: José Joaquim de Andrade Neves, 01 de janeiro de 1849.

¹⁶ Como os coroados, cujos toldos passaram a receber ensinamentos não exclusivamente catequéticos somente no começo do século XX.

¹⁷ AHRS. *Fundo Indígenas*. Diretoria Geral dos Índios. Correspondência ativa: José Joaquim de Andrade Neves, maio de 1850.

¹⁸ AHRS. *Fundo Indígenas*. Diretoria geral dos Índios Correspondência ativa José Joaquim de Andrade Neves, 01 de janeiro de 1849.

¹⁹ IDEM.

conduzir tropas para as charqueadas e de trabalharem nelas, donde tiravam recursos, porém há três anos tem decaído este ramo de comércio, o mais forte da Província”²⁰. O envolvimento existente entre o trabalho dos guaranis de São Nicolau do Rio Pardo e o comércio provincial ultrapassou o âmbito das fronteiras imperiais, afinal, tanto o charque quanto a erva-mate foram economicamente importantes para o Uruguai, Argentina e Brasil. Alguns anos mais tarde, em 1857, o comendador Patrício Correa da Câmara informou o seguinte²¹:

“Acha-se este aldeamento bastante atrasado. Existem ali 264 índios, sendo 112 do sexo masculino, e 132 do sexo feminino, a maior parte velhos e aleijados das guerras nesta Província e no estado Oriental, o diretor queixa-se de que os moços sejam todos recrutados pelo Exército no que não lhe acho muita justiça, porque eles são pouco afeiçoados ao trabalho”.

Por um lado, o comendador informava sobre a invalidez dos índios mais velhos em função das guerras civis e militares que houve na Província, atestando a prestação de serviços por parte dos mesmos, bem como sua ‘utilidade’ ao Estado. Por outro, insinuava que os jovens eram duplamente inúteis; primeiro, por não serem muito afeitos ao trabalho; segundo, por não poderem compor a povoação do aldeamento pelo fato de serem recrutados pelo Exército, ocasionando seu esvaziamento. Todavia, tanto os índios idosos quanto os jovens, haviam prestado ou estavam prestando valiosos serviços à Província de São Pedro, especialmente no que diz respeito à sua inserção na economia e à sua participação nas guerras que envolveram disputas territoriais em limites fronteiriços. Há outro ponto interessante presente nesse relatório feito pelo comendador sobre os índios jovens de São Nicolau. Segundo o primeiro, os últimos não poderiam ser recrutados pelo Exército, pois não eram afeiçoados ao trabalho. Caso as pistas deixadas neste documento não tenham sido marcadas pelas impressões preconceituosas de quem as deixou, ou seja, pela suposta inaptidão dos índios para o trabalho, talvez elas ofereçam indícios para pensar as estratégias indígenas acionadas naquele contexto. Mesmo não sendo ‘afeiçoados ao trabalho’, os índios do aldeamento continuavam a ser recrutados, sinal de que o serviço militar prestado por eles era importante. Muito provavelmente, os índios sabiam do valor do seu trabalho e alguns jovens podem ter vislumbrado nas atividades militares oportunidades melhores do que aquelas oferecidas dentro do aldeamento. Contudo, conviver com os idosos e vislumbrar naquela condição de inválidos e esquecidos uma possibilidade do que poderia vir a ser o seu futuro não tornava o ato de deixar o aldeamento mais fácil. Apesar de todos esses obstáculos, é fato que os jovens participaram de guerras civis e militares. Segundo José Iran Ribeiro, nesse contexto, muitos indivíduos não tinham conhecimentos específicos sobre as

²⁰ AHRS. *Fundo Indígenas. Diretoria Geral dos Índios*. Correspondência Ativa José Joaquim de Andrade Neves, 01 de janeiro de 1850.

²¹ AHPA. *Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Patrício Correa da Câmara, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial*, 01 de outubro de 1857.

atividades militares e serviam contra a vontade. De acordo com os documentos acessados, grande parte dos guaranis tinham um histórico de participação em guerras, possuíam experiências e podem ter percebido que “abria-se a possibilidade de promoção para os que se diferenciavam positivamente dos demais por outros fatores, como ser voluntário” (RIBEIRO, 2009: 110).

A população do aldeamento decaiu entre os anos de 1849 e 1857 provocando seu esvaziamento. Mas o que parece ter sido um choque de interesses para as políticas indigenistas pode não ter sido assim tão contraditório para as políticas indígenas. Embora a atuação dos índios em atividades militares contribuísse para o decréscimo populacional do aldeamento e pudesse provocar até mesmo sua extinção, o recrutamento continuou a ocorrer, demonstrando que as políticas indigenistas fizeram parte da organização da estrutura militar da Província. Sob outro prisma, para as políticas indígenas o serviço militar nem sempre foi bem aceito pelos índios, mas com o trabalho nas guerras eles talvez obtivessem mais benefícios do que em permanecer no aldeamento, que muitas vezes não recebia a devida atenção por parte dos políticos e religiosos. Apesar da tentativa desses últimos em demonstrar na documentação que cumpriam com as suas ‘obrigações’ é possível perceber nas entrelinhas que não era bem assim. Acho improvável que a maior parte dos índios não soubesse sobre a improbidade administrativa que acontecia no aldeamento. Inclusive, alguns deles se manifestaram através dos meios legais contra elas. Um ano depois, em 1858, o padre e diretor de São Nicolau do Rio Pardo insistiu nos mesmos argumentos desacreditados pelo comendador. A maior parte do contingente populacional do aldeamento continuava a ser composta por velhos e crianças e aqueles que se encontravam em ‘idade produtiva’ trabalhavam no exército provincial ²²:

“Esta aldeia há muito que está lançada no esquecimento e a miséria nela é uma terrível verdade, seus povoadores são quase todos velhos e crianças, encontrando-se dentre aqueles muitos servidores ao Estado, que por sê-lo, se inutilizaram por ocasião da guerra civil nesta Província”.

O conteúdo das fontes acessadas demonstra uma considerável mobilidade dos guaranis com as idas e vindas dos aldeamentos em virtude das excursões militares. É interessante observar tal mobilidade levando em conta que parte deles compôs Corpos da Guarda Nacional, como veremos adiante. A causa do estado decadente do aldeamento não residia somente na dificuldade encontrada pelos políticos e religiosos em ‘civilizar’ os índios através dos métodos até então empregados, como a catequese, por exemplo, mas também devido ao seu recrutamento para o serviço militar. De acordo

²² AHRS, Correspondência ativa José Joaquim da Fonseca e Souza Pinto; José Joaquim de Andrade Neves. *Diretoria Geral dos Índios*, maço 4, março de 1858.

com o conselheiro da Província isso comprometia o futuro dos índios e dos aldeamentos, inclusive o de São Nicolau do Rio Pardo²³:

“Pouco posso adiantar-vos a respeito desse aldeamento, cuja direção está a cargo Joaquim José da Fonseca Souza Pinto. Sou informado do seu estado de decadência. Os índios moços podendo trabalhar na cultura das boas terras, em que estão situados, distraem-se com o serviço militar, e se empregam em muitos outros misteres fora do aldeamento. Os que estão de efetiva residência são na maior parte velhos e inválidos (...)”.

Diante dessa situação, cabe questionar como os índios moços poderiam trabalhar no cultivo da terra de um lugar que se encontrava em decadência, era alvo constante de tentativas de usurpação territorial e sofria consecutivas ameaças de extinção e esquecimento da sua existência? Além disso, tendo em vista a quantidade de idosos inválidos e aleijados relatadas, será mesmo que o serviço militar teria representado uma distração para os índios que participaram dele? Certamente, a participação em guerras não foi uma opção inteiramente vantajosa para os índios, mas talvez a perspectiva da mutilação física representasse algo preferível a outros tipos de perda. Assim, os índios e índias que permaneceram na aldeia de São Nicolau lutaram com outras armas, fazendo uso daquelas que possuíam, como por exemplo, o esforço em manter a capela reformada. Mesmo vivendo em situações de extrema carestia e mesmo que a maioria dos habitantes do aldeamento fosse composta por crianças e velhos aleijados e inválidos a capela continuou sendo cuidada, e tal fato chamava a atenção dos políticos e religiosos. Outro ponto interessante e que merece destaque é que havia guaranis letrados. Eles poderiam se tornar bastante valorizados num cenário em que “a reorganização do Exército, aumentou enormemente a precisão de indivíduos capazes de desempenhar funções burocráticas intermediárias” (RIBEIRO, IDEM). Sob outro aspecto, a iminência de constantes enfrentamentos bélicos obrigou a rápida reunião e formação de combatentes. Como alguns guaranis eram letrados e possuíam habilidades e experiências em situações de guerra eles poderiam se destacar dentro do Exército e seus préstimos no serviço militar poderiam ser extremamente valorizados. O fato de a maioria dos soldados que atuou na guerra dos Farrapos não ter ultrapassado postos inferiores não significava insucesso, “afinal, foram sujeitos que galgaram os escalões subalternos e, a partir deles, ascenderam na escala social daquela sociedade fortemente hierarquizada”²⁴. Nesse sentido, é possível notar mobilidades sociais e hierárquicas vividas pelos índios de São Vicente, outro aldeamento guarani que havia sido recentemente fundado com o principal objetivo de receber os índios oriundos de São Nicolau do Rio Pardo, que se encontrava em

²³ AHPA. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Patrício Correa da Câmara, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, 1861.

²⁴ IDEM.

vias de extinção. Eles não foram forçosamente recrutados, mas receberam a proposta de integrar a Companhia dos oficiais marinheiros, e negaram ²⁵:

“Propus aos guaranis de famílias a exigência do Sr. Presidente tendente aos seus filhos menores e me responderam negativamente sobre a entrega destes para a Companhia dos oficiais marinheiros, porém que tem prazer e satisfação em vê-los empregados nos corpos da 1ª Linha ou tropa da guarda nacional logo que possam com o peso da espada ou da lança, como tem feito até o presente”.

Os guaranis entregaram seus filhos, arriscaram suas vidas, sacrificaram sua integridade física nos Corpos da Guarda Nacional e nos Exércitos provinciais. Esses atos possuem muita força. E acho difícil que os motivos pelos quais tais fatos tenham acontecido fossem menos fortes. Em alguns casos, essas ações podem ter sido pensadas como uma estratégia de mobilidade social dentro de uma sociedade bastante hierárquica; em outros, pode ser que tenham sido duramente impostas. Todavia, um é o fato de que essas experiências de trabalho e participação nas guerras foram vividas por eles, e outro é que quase nada disso foi adequadamente reconhecido e dimensionado pela historiografia regional. A constância dos préstimos indígenas em situações de guerra foi lembrada ao diretor do aldeamento pelos índios de São Vicente e constituiu razão suficiente para que eles negassem um pedido do presidente da Província, como pode ter sido motivo para aceitarem outro. Os filhos dos guaranis de São Vicente não lutariam como oficiais marinheiros, mas em tropas da Guarda Nacional. Junto ao serviço militar pareciam estar atreladas outras atividades importantes para a economia provincial, como a criação de animais. O diretor acrescentou ao longo da correspondência outras informações que respaldavam os dizeres dos índios, que afirmaram estarem continuamente prestando serviços militares à Província. Além disso, não era a primeira vez que exércitos provinciais contavam com o auxílio dos moradores do rincão de São Vicente. Em 1841, o brigadeiro Juan Pablo dos Santos Barreto, comandante e chefe do exército de operações da Campanha do governo argentino, relatou a atuação dos soldados platinos durante a guerra dos Farrapos informando o quanto era “urgente que el Ejército tome cuarteles de invierno para proveer y dar descanso a estas valientes tropas dignas de los actos más encomios”. Segundo ele, “el mejor lugar es San Vicente, donde se puede descansar con seguridad los soldados” ²⁶. Mas voltemos à atuação dos índios de São Vicente em serviços militares no ano de 1858 ²⁷:

“Expus a S. Excia. o Sr. Presidente as circunstâncias em que se achava o rincão da Timbaúva, o qual está ocupado por considerável número dos

²⁵ AHRs, Correspondência ativa de Manuel Pires Leis; José Joaquim de Andrade Neves. *Diretor da Aldeia de São Vicente*, maço 2, 1859. Distrito de São Vicente, 2 de setembro de 1858. Os grifos são meus.

²⁶ AGN (Buenos Aires), Período Nacional, Sala X [Comando de Fronteiras (1810-1859)], Brasil, Correspondência com o governo (1816-1852), localização: 1-7-11. Quartel General de São Gabriel, 21 de junho de 1841.

²⁷ AHRs, Correspondência ativa de Manuel Pires Leis; José Joaquim de Andrade Neves. *Diretor da Aldeia de São Vicente*, maço 2, 1859. Distrito de São Vicente, 2 de setembro de 1858.

animais pertencentes aos guaranis deste Distrito, que era impossível remover os ditos animais para outra parte, a causa que os seus proprietários em número de sessenta e tantos se acham no Exército fazendo parte da companhia deste mesmo distrito”.

As pistas encontradas na documentação analisada demonstram que as participações dos índios junto ao serviço militar podem ter criado símbolos capazes de marcar diferenças entre aldeamentos e até mesmo entre os índios guaranis e os outros. Ao mesmo tempo, o prestígio adquirido se associa aos feitos do passado e constituem um amálgama para distintos sentimentos de pertencimento e para a manutenção de uma memória política capaz de auxiliar na posse de territórios pelos índios, além da permanente construção de uma identidade étnica. Nesse sentido, ao analisarmos experiências vividas por índios guaranis de São Nicolau do Rio Pardo, os processos de formação de sua identidade e o modo como estiveram relacionados com suas mobilidades espaciais e sociais “o que precisamos, ao que parece, não é de idéias grandiosas nem do abandono completo das idéias sintetizadoras”. De acordo com Clifford Geertz (GEERTZ, 2001:196):

“precisamos é de modos de pensar que sejam receptivos às particularidades, às individualidades, às estranhezas, descontinuidades, contrastes e singularidades, receptivos ao que Charles Taylor chamou de ‘diversidade profunda’, uma pluralidade de maneiras de fazer parte e de ser, e que possam extrair deles – dela – um sentimento de vinculação, de uma vinculação que não é abrangente nem uniforme, primordial nem imutável, mas que, apesar disso é real”.

Dessa maneira, novas interpretações podem ser dadas, conferindo novos sentidos e significados às ações dos índios guaranis que viveram em tempos provinciais. Elas estiveram ligadas a doenças, circulação de pessoas e objetos, conflitos em torno da posse de terras pelos índios, trocas e aprendizados de saberes culturais, formando redes de sociabilidade bastante complexas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças advindas ao longo do período provincial, o esvaziamento do aldeamento, os deslocamentos espaciais dos índios, seu recrutamento e as formas de militarização pelas quais passaram revelam sua grande capacidade em lidar com acontecimentos históricos e de se movimentar social e temporalmente. Tais mobilidades oferecem pistas para pensar na atuação desses guaranis a partir de limitações e delimitações sociais, culturais, étnicas e políticas. A memória e o valor da sua participação nas guerras não foram compartilhados somente entre eles, mas estiveram presentes nos discursos de religiosos e autoridades políticas da Província. Relações de conflito, parentesco, reciprocidade e solidariedade fizeram parte das estratégias políticas acionadas por eles em situações difíceis, como foi o caso de famílias guaranis que se deslocaram até de São Nicolau do Rio Pardo e matricularam seus filhos na escola do aldeamento e daquelas que afirmaram ter satisfação em vê-los

empregados em atividades militares. Houve em São Nicolau indivíduos com posturas e práticas que se diferenciavam, embora a maioria do conjunto de seus moradores e integrantes fosse composta por índios guaranis. Apesar de partilharem dos mesmos pressupostos culturais, eles agiram através de diferentes meios e de acordo com as distintas situações com que se depararam. Alguns se deslocaram para o aldeamento, outros saíram dele, outros ainda permaneceram. Desse modo, é preciso levar em conta a integração diferencial das pessoas com as formas de poder quando se trata de analisar as mobilidades guaranis, afinal, jogos de poder e conflitos políticos afetam as percepções e as condutas de uns em relação aos outros. As políticas indígenas e indigenistas do período provincial influenciaram na diversidade dos modos de agir dos índios e ao que as fontes históricas analisadas indicam, interferiram nos usos e nas concepções de espaço territorial elaboradas por eles. Isso oferece sinais de que o uso feito pelos índios de práticas militares e ‘civilizacionais’ impostas a eles podem tê-los ajudado a reconstruir permanente suas políticas culturais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

CARVALHO, Jr. Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*. Campinas, SP, 2005 (Tese de doutorado).

CLASTRES, Hélène. *Terra Sem Mal*. São Paulo: Editora brasiliense, 1978.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Mercado interno e economia colonial*. México: Editorial Grijaldo, S.A., 1983.

GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Cia. das Letras, 2006.

KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: terra e poder – história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

MELO, Karina M. R. S. e. *A aldeia dos Anjos durante a década de 1770: um olhar sobre as relações entre indígenas e portugueses*. Disponível em: http://www.revistahistoriar.com/ano_i_ed_01.html, acessado em 05/04/2011.

MONTEIRO, John Manuel. “Os Guarani e a história do Brasil Meridional, séculos XVI-XVII”. In: *História dos índios no Brasil*. Org. Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *“O nosso governo”: os Ticuna e o regime tutelar*. São Paulo. Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988.

PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1943.